

Identidade étnica e transposições cosmológicas entre os Yanomami: uma etnografia das relações interétnicas na criação de uma associação de mulheres¹

Maryelle Inacia Morais Ferreira
Universidade Federal do
Amazonas/UFAM

Resumo:

Este trabalho é fruto de uma reflexão da pesquisa etnográfica de mestrado em andamento que realizo no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Amazonas. Assim, ele objetiva tecer algumas reflexões e debates acerca do projeto de pesquisa cujo trabalho pretende etnografar o processo constitutivo da recente associação de mulheres Yanomami Kumirayoma. A construção deste artigo está voltada ao diálogo entre as teorias antropológicas sobre identidade étnica de Frederic Barth e alguns resultados preliminares do trabalho de campo realizado na aldeia de Maturacá. Pretende-se refletir sobre as motivações que derivaram a construção da associação das mulheres e o processo de consciência social e étnica pelo qual essas mulheres associadas estão se legitimando, e como ele transpõe-se na cosmologia e reconfigura a ideia de tradição. A partir do atual contexto coloco como desafio deste artigo e conseqüentemente das arguições após a apresentação, uma descrição reflexiva sobre os motivos que me conduziram a este trabalho e um breve relato sobre o processo de negociação que acompanhou a construção do projeto e as relações no primeiro campo. Acredito que as relações de negociação merecem ser etnografados, já que dizem muito sobre os sujeitos que estarão envolvidos na pesquisa e das relações interétnicas, que será o ponto principal de análise.

Palavras chave: tradição, consciência social, relações interétnicas

O povo Yanomami tem sido alvo de vários estudos e várias discussões no campo teórico e também nos bastidores da etnologia indígena. No que diz respeito aos

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

trabalhos realizados sobre este grupo étnico existem inúmeros estudos que se dedicaram em analisar a cosmologia, o xamanismo (ABERT e KOPENAWA, 2015), mitos, constituição do grupo linguístico e organização social. A maioria dos trabalhos já publicados sobre os Yanomami têm contemplado a região de Roraima. Os Yanomami têm chamado á atenção não apenas dos antropólogos, como também da população nacional, é um grupo bastante presente nas representações midiáticas sobre povos indígenas do Brasil, por isso os olhares exotizantes recaem sempre sobre a noção de serem os “índios mais índios”. Esta categorização por parte do imaginário da população nacional decorre do fato de ser o grupo que menos possui em seus aspectos culturais influências da colonização. Entretanto, a maioria dos trabalhos realizados com este grupo pouco pensou o universo social Yanomami a partir da perspectiva das mulheres. É, pois, a partir da curiosidade de entender este grupo étnico tão comentado e etnografado no campo antropológico por meio da agência feminina, que inicia as primeiras indagações desta pesquisa.

Foi acompanhando o processo de pesquisa de meu companheiro no qual pesquisa o xamanismo Yanomami dentro da aldeia de Maturacá, que começou meu interesse com a peculiaridade deste grupo. Paralelo às leituras que realizei e o tempo em que meu companheiro esteve em campo, foi criada a associação de mulheres da Aldeia de Maturacá, a Kumirayoma. A partir daí várias questões me intrigaram, e desde então, a criação de uma associação de mulheres Yanomami passou a ser o instrumento pelo qual eu iria compreender o contexto social, político e cultural dentro do universo feminino. Perguntas como: quais as motivações que levaram à criação da associação? Por que uma criação tão recente, já que, como apontado por Ortolan Matos (2012) a eclosão da cooperação de mulheres nas mobilizações indígenas ocorreram entorno da década de 1990? E ao mesmo tempo, compreender o atual contexto da política indígena que estão inseridos os Yanomami e como é a participação das mulheres nesta política, tanto nas decisões internas como, principalmente nas relações com não-indígenas. É importante destacar que outras associações Yanomami já estão presentes no contexto de política indígena desde a década de 1990, a AYRCA² e HUTUKARA³. Até então a

² A AYRCA (Associação dos Yanomami do Rio Cauaburis e seu afluentes) foi elaborada, em 1998, a partir de um amplo movimento político disseminado pela FOIRN (Fundação Organizacional dos Indígenas do Rio Negro), que desde sua criação, 1987, incentiva a mobilização das comunidades indígenas do Alto Rio Negro na criação de conselhos e associações para atuarem em prol dos direitos indígenas. A AYRCA foi concretamente fundada em 2000 pelo estímulo de existência Yanomami vinculada formalmente a FOIRN.

participação das mulheres e suas representações estavam vinculadas a estas associações, porém hoje, é factível dizer que as mulheres de Maturacá estão construindo uma trajetória política com objetivos próprios?

Norteadas por estas questões coloco como projeto a ida até a Maturacá para compor a parte experiencial desta etnografia. Os Yanomami a nível mundial são situados dentro de um povo populoso e de território extenso em relação às outras populações indígenas, seu território fronteiriço perpassa o Brasil e a Venezuela, sendo 192.000 km² beirando os afluentes da margem direita do rio Branco e esquerda do rio Negro. O território brasileiro possui 96.650 km² (9.664.975 hectares), demarcados em 1991 e homologada por meio de Decreto Presidencial em 1992 (MENESES, 2010), após uma intensa eclosão dos movimentos indígenas e indigenistas nacionais e internacionais que deram respaldo a constituição de 1988. A área Yanomami no Brasil situa-se nos estados do Amazonas e de Roraima, é bastante conhecido por sua alta proteção da biodiversidade. No Brasil e na Venezuela a estimativa populacional era em 2011, de acordo com o ISA (Instituto Sócioambiental), de 35.000 pessoas. No Brasil a população Yanomami chega a cerca de 22.257 pessoas divididas em 305 grupos de acordo com os dados de 2015 do DSEI Yanomami.

Constituem um conjunto cultural linguístico composto por quatro subgrupos que falam línguas inteligíveis entre si: o Yanomami, o Yanomam, o Sanumá e o Ninam(5%) (ALBERT, 1992). O etnônimo "Yanomami" foi produzido por antropólogos e linguistas a partir da palavra yanomami que, na expressão yanomami thëpë, significa "seres humanos". Essa expressão se opõe às categorias yaro (animais de caça) e yai (seres invisíveis ou sem nome), mas também o napë (estrangeiro, "branco"). (ISA, 2004). Apesar das diferentes auto-denominações de famílias linguísticas, no Brasil e na Venezuela a palavra Yanomami é a designação oficial para os povos cujas famílias linguísticas possuíam entendimento mútuo.

Como mencionado acima, toda pesquisa de mestrado, bem como os resultados trazidos neste artigo se referem a uma realidade específica que são os Yanomami de Maturacá. Apesar da ideia genérica constituída pela população nacional sobre esses povos, é importante ressaltar que os Yanomami de Maturacá estão em momento social e político bastante distinto dos Yanomami de Roraima, como, por exemplo, a criação de

³ HUTUKARA é outra associação Yanomami que representa os povos da região de Roraima, criada em 2004 para representar uma área composta por 11 regiões: Demini, Haxiú, Kayanau, Missão Catrimani, Paapiú, Catrimani 1, Toototobi, Homoxi e Baixo Macajáí.

uma associação de mulheres. Não somente o contexto político no que se refere a criação da associação de mulheres e a atuação da AYRCA como também alguns *hábitus* culturais os diferencia. Isso se deve às peculiaridades do contato interétnico, com destaque nos missionários Salesianos, como apontado por Menezes (2010). Não podendo ser concebido como um grupo homogêneo como comumente é concebido, há entre os Yanomami uma pluralidade linguística e de autodefinições que não será possível especificar aqui rapidamente. Porém no que diz respeito ao âmbito participativo, segundo Carvalho e Repetto (2016):

(...) a concepção de movimento político Yanomami como uma ideia de agrupamento único, que articula todas as diferenças ações e estratégias dos diferentes grupos locais em torno de uma luta nacional ou regional envolvendo os direitos e os interesses comuns diante de outros segmentos, se distancia das características Yanomami (p. 268).

Maturacá está localizada a beira do Rio Maturacá afluente do Rio Cauaburis e é composta por várias comunidades instaladas, após o contato com os missionários Salesianos, próximas ao Pico da Neblina e Serra do Padre. De acordo com os relatos de estudos missionários a região do Cauaburis antes dos Yanomami era território dos Aruak, dos Baré e dos Mandauaka e alguns grupos Yanomami por sua vez, ocuparam os locais que viviam esses outros povos. Estima-se que alguns grupos Yanomami chegaram nas cabeceiras do Cauaburis entorno dos anos 1920 (COCCO, 1972). Foi um movimento de migração em função do aumento demográfico realizado por grupo que situavam na periferia do território tradicional. De acordo com Cocco (1972) a migração se deu em busca de lugares despovoados no final do século XIX em direção a serras da Neblina, cujos primeiros grupos foram os Kohoroxiwë-tari e os Karawë-tari empurrados pelos Xama-tari. Os grupos que migraram na busca das nascentes do Cauaburis foram descendo o rio Marauíá conseqüentemente se distribuíram em famílias, no qual algumas delas fundaram suas comunidades ali mesmo e outras seguiram para o oeste até chegarem nas nascentes do Cauaburis (MENEZES, 2010), que mais adiante seriam as famílias que situam hoje em Maturacá.

O canal de Maturacá inicia-se em território Venezuelano até adentrar em terras brasileiras e se encontrar com o Rio Cauaburis. Para chegar na comunidade é preciso sair de São Gabriel da Cachoeira através da BR 307 durante 85 km percorridos em uma 4x4 onde chega ao Rio Yá mirim. Às margens deste rio começa o trajeto fluvial, onde sai do Rio Yá mirim, passa pelo Rio Yá no qual encontra-se a aldeia Nossa Senhora de

Nazaré (Yanomami); depois do rio Yá chega no Rio Cauaburis; quando entra no Rio Cauaburis há duas entradas, uma pra subir este mesmo rio e chegar até Maturacá e outra pra descer e chegar na aldeia Maiá (Também Yanomami); Depois do Rio Cauaburis chega no Rio Maturacá e ali mesmo a sua beira está a aldeia Maturacá. Todo este percurso fluvial tem cerca de 235 km.

Aparentemente os sujeitos dessa pesquisa são as mulheres Yanomami, uma vez que a etnografia propõe pesquisar um processo cujos protagonistas são mulheres. Entretanto, entender o processo de construção de uma associação de mulheres indígenas não significa que o campo se restringe apenas às mulheres, primeiro porque estudar as relações interétnicas pelas quais estão envolvidas as mulheres Yanomami, pressupõe o envolvimento de vários sujeitos dentre eles, entidades, agentes Yanomami e não-Yanomami. Em segundo lugar, centralizar os sujeitos apenas em mulheres é desconsiderar os objetivos de complementaridade que tem as associações indígenas (SACCHI, GRAMKOW, 2012) ao mesmo tempo em que cairia ao equívoco de antecipar que existem segregações de gênero muito arraigadas tanto na cosmologia como nos espaços políticos desse povo. E por último a grande parte da negociação de campo se deu através dos homens, especificamente com a associação AYRCA.

Antes de ir a campo, eu comunicava por e-mails com o presidente da associação AYRCA explicando a pesquisa, até que pude ir ao campo para conversar pessoalmente com a presidente da associação das mulheres. Ainda em campo, o encontro com a Presidente foi restrito e mais uma vez tive explicar a pesquisa a todas as lideranças e membros da AYRCA em uma reunião. Somente quando fui até a casa da presidente da associação das mulheres é que conversei sobre a pesquisa. Na verdade houve uma troca, pois em contrapartida da pesquisa ela gostaria que eu “apoiasse” a associação que está em fase de consolidação. Ou seja, narro este momento para ponto de reflexão, eu que pesquiso as relações interétnicas pelas quais as mulheres se envolvem com agentes externos para construir e manter a associação, estou como parte desses agentes externos não-indígenas. Estratégias de fala e elementos da cosmologia serão acionados na negociação com comigo quando o assunto é “o que devo ajudar”.

Nesse sentido, a cosmologia que pretende ser trada aqui não diz respeito às descrições de narrativas mitológicas. Na esteira tecida por Frederic Barth a cultura e a cosmologia são frutos das relações e trânsito dos sujeitos, a partir de então, dentro da organização das interações com o outro é que se formam as identidades étnicas, empregadas para pertencer e excluir sujeitos por meio do compartilhamento de signos

(língua e valores) (BARTH, 1989). Na institucionalização das formas de comportamentos, os grupos étnicos criam e recriam suas fronteiras. Para Barth (2000), portanto, é no ato de contato com outras identidades e culturas que se estabelecem as fronteiras como meio de distinção, ao mesmo tempo em que são remodeladas e acomodadas ao longo de sua história de acordo com as influências externas. Em respostas a essas negociações, se criam as cosmologias tendo em vista o contexto, as demandas sociais e relações intergeracionais.

Batizada com o nome Kumirayoma, que referencia a palavra Kumi, nome de uma árvore da região com a qual as mulheres fazem tintura de suas cascas para pintura corporal. A associação de mulheres Yanomami de Maturacá foi criada em 19 de junho de 2015 e tem como objetivo principal apoiar as mulheres na comercialização de seu artesanato. A Kumirayoma foi uma iniciativa de algumas mulheres de Maturacá, em especial a atual presidente que possui uma trajetória política e que acabou por impulsionar esta criação. A presidente da Kumirayoma é filha de uma liderança Yanomami muito conhecida dentro de Maturacá por seus conhecimentos do xamanismo e também muito conhecido pelos não-Yanomami, por ser uma liderança que sempre esteve nesse diálogo interétnico entre não-índios e as necessidades da comunidade. Ela trabalhou como tesoureira e depois secretária da AYRCA nas duas últimas gestões. E sua iniciativa de agregar as mulheres em uma associação, se inicia durante as viagens que realizava pela a AYRCA em assembleias de outros povos, em reuniões de negociação com órgãos do governo. Desde que saiu da diretoria da AYRCA se engajou na criação da associação de mulheres.

A associação das mulheres de Maturacá possui um caráter complementar, ao fomentar e incentivar a comercialização dos artesanatos ela está gerando renda às famílias das mais de cinquenta associadas. Elas recebem o apoio da FOINR⁴, que cuida a comercialização em São Gabriel da Cachoeira, entretanto, grande parte das vendas ficam a cargo da diretoria que levam os produtos nos diversos eventos, assembleias e encontros de diálogo entre Yanomami, outros grupos étnicos e não-indígenas. E foi em um encontro entre órgãos do Estado e indígenas em Boa Vista, que a atual presidente conheceu uma advogada que se disponibilizou a ajudar nos aparatos burocráticos que

⁴ A FOINR foi quem incentivou a criação de associações que tivessem pautas específicas das mulheres indígenas e viabilizou a eclosão de associações e pequenas organizações das mulheres indígenas do Rio Negro na década de 1990. E em 2002 a FOINR funda o seu primeiro departamento de mulheres (MATOS, 2012).

prevê uma associação, criando o estatuto que foi aprovado pelas mulheres envolvidas na iniciativa, em seguida procedido de votação na escolha de uma chapa para diretoria.

Estando em campo conversei com algumas mulheres que participavam da associação e sempre indagava sobre as motivações que levaram sua criação, o discurso empregado era sempre entorno da preocupação por parte das mulheres com a perda da “tradição” cultural de confecção da arte Yanomami. Segundo os relatos, uma associação poderia manter os costumes e estimular mulheres mais jovens. É interessante pensar como a palavra “tradição” é acionada no discurso utilizado quando se está em relação com uma não-indígena, na ocasião eu. Fiquei a me perguntar se entre elas, quando se pensam ou conversam sobre os motivos que levaram toda articulação e mobilização das mulheres, o resgate cultural e manutenção das técnicas tradicionais são discursos também empregados nas relações intraétnicas? Talvez seja uma questão que eu consiga responder ao longo de outros campos e de um contato mais íntimo, pois uma vez sendo não-indígena, sendo uma pessoa que indiretamente representa uma instituição (no caso a UFAM) e ao mesmo tempo uma possível voluntária na manutenção da associação, elas me deram mais acesso às narrativas políticas.

Neste sentido, que este artigo propõe da início as discussões sobre como ao se associarem, as mulheres Yanomami estão tomando consciência de uma identidade étnica mediante a sociedade não-indígena. De acordo com Barth (2000) Os grupos étnicos se definem pela auto-atribuição e a atribuição por outros, de modo que as identidades são utilizadas para categorizar o interno e o externo, formando assim, as fronteiras. Segundo Barth: o fato de haver uma contínua dicotomização entre membros e não-membros nos permite especificar a natureza da continuidade e investigar forma e conteúdo culturais em mudança (p. 33). Essa relação entre pertencentes do grupo e não pertencentes é que define as fronteiras sociais, e como já mencionado, a ocupação de territórios exclusivos não dizem nada a respeito das fronteiras. Barth (2000) supõe a ideia de fronteiras sobrepostas, isto é, a persistência das fronteiras pode ser resultado de situações de contato com diferentes culturas. Isso significa formas de compreensão e conhecimentos compartilhados, mas também uma estruturação das interações.

Relações interétnicas estáveis pressupõem precisamente esse tipo de estrutura de interação: um conjunto de prescrições que governam as situações de contato e permitem uma articulação em alguns setores ou domínios de atividade específicos e um conjunto de interdições ou proscricções com relação a determinadas situações sociais, de modo a evitar interações interétnicas em outros setores; com isso, partes das culturas são protegidas da confrontação da modificação. (BARTH, 2000, p.35).

A crítica de Barth a noção de identidade essencialista remete a uma noção de identidade construída e à medida que as identidades são construídas em um processo histórico de pertencimento étnico, os grupos começam a reivindicar categorias de reconhecimentos. A partir do momento em que os povos indígenas passam a vivenciar um processo de negociação com a sociedade não-indígena suas cosmologias e “tradições” passam reintegrar este processo. Terence Turner (1991) ao estudar os Kaiapós percebe como as negociações entre os indígenas e os órgãos do Estado e demais agente da sociedade não-indígena, desenvolve a consciência da noção de “tradição” e conseqüentemente uma consciência sóciopolítica de suas identidades étnicas.

Cada vez mais os povos indígenas percebem a afirmação de suas cultura tradicionais e a manutenção de suas instituições sociais e ritos tradicionais como parte integral de sua resistência política à perda de suas terras, recursos e poderes de auto-determinação. (TURNER, 1991, p. 69).

Ao se associarem, as mulheres Yanomami se relacionam com Estado por terem que recorrer aos trâmites burocráticos de criação de uma associação como, registro em cartório, criação do estatuto e CNPJ. Não obstante, estes são os meios pelos quais o Estado reconhece a política indígena e conseqüentemente promovem-lhes direitos. O discurso empregado para justificar a criação da associação por meio da afirmação da cultura tradicional das mulheres Yanomami se insere no campo das relações não somente para manutenção da tradição das técnicas do trançado, mas também uma forma de consolidar a comercialização, gerar maiores rendas e conseqüentemente fazem com que elas assumam uma nova importância social e política dentro da comunidade e também fora dela – perante os órgãos não-indígenas e outras associações indígenas. As mulheres passam agora se atribuírem por uma auto-definição e ter em mente cotidianamente a ideia do que é ser Yanomami. Ao mencionar a palavra “tradição”, as mulheres da diretoria da associação reconhecem uma totalidade social que fora apreendida a partir do contato interétnico que elas tiveram durante as viagens nos eventos e assembleias sobre a política indígena. Uma vez que a ideia de tradição Yanomami é utilizada pelos não-indígenas ao reconhecê-los como povo, passa agora ser utilizada pelas mulheres para reivindicar a importância de sua associação dentro da própria comunidade em relação aos homens e lideranças, como também fora dela no momento da relação de comercialização dos artesanatos.

O papel desses eventos e assembleias devem ser pensados aqui, pois neles estão os agentes e órgãos externos nos quais são de algum modo contribuintes desta consciência social. Grande parte desse discurso de preservação das tradições foi, em determinado momento, e até hoje é produzido por antropólogos, indigenistas, ONGs e órgãos de proteção e preservação, como por exemplo, CMBIL e FUNAI. Esses agentes dão o respaldo à institucionalização da consciência social através da constituição federal onde os direitos indígenas passavam a serem resguardados pelo Artigo 231, reconhecendo aos índios o direito a sua organização social, costumes, línguas e tradições, dos quais foi competido a União demarcar e proteger seus territórios tradicionais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988). Este direito por sua vez é fruto da ação desses agentes junto aos movimentos indígenas. A retórica da tradição ganha força na constituição da associação das mulheres muitas vezes reforçadas pelos canais de encontro e mobilização que esses agentes promovem na luta pelos direitos indígenas. A presidente da associação das mulheres Yanomami relata a sua trajetória de participação nesses encontros e como eles contribuíram para articular a formação da associação. Não somente influenciaram como também, no caso da advogada que ajudou na construção do estatuto, do ISA contribuiu também com a divulgação, dão respaldo aos processos burocráticos pelos quais elas se submeteram ao se mobilizarem.

Há também uma consciência social no que diz respeito ao artesanato Yanomami. O que antes era um utensílio de transportar alimentos, fabricados para o uso cotidiano, passa agora ter uma significação cultural e adquire um status, sendo agora denominado como arte Yanomami. As cestarias ao longo deste processo de comercialização tomaram formatos diferentes para se adaptarem aos compradores que não são Yanomami, mas possui uma ideia do que é ser Yanomami, da sua arte como resultado cultural. Tal como colocado por Barth (2000), é neste contato com a ideia que o outro tem da cultura e arte “tradicional” Yanomami, que as mulheres passam a se apropriar dessa alteridade “nós” e os “nape”⁵. Dentro da proposta Barthniana, é importante perceber como o contato étnico não implicou o desaparecimento da confecção desses produtos, muito pelo contrário, ele propicia uma ideia de alteridade e identidade nacional.

Dito de outro modo, as distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais, mas, ao contrário, são frequentemente a própria bases sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos. A interação dentro desses sistemas não leva à sua destruição pela mudança e pela aculturação: as diferenças culturais podem

⁵ Napë é a palavra utilizada para denominar pessoas não-Yanomami.

persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias. (BARTH, 2000, p.26).

Percebe-se que a noção de tradição não exclui mudanças, nem mesmo o contato externo. Neste caso, esta ideia é apropriada como retórica nas relações e no ato de consciência social de associadas e mulheres Yanomami. A palavra tradição é utilizada como percepção das mulheres dentro da cosmologia Yanomami. A partir de então elas passam a se perceber enquanto agentes na cultura de modo a reconhecer a função de fazer trançados como um conhecimento tradicional das mulheres. E ao se reconhecerem acionam o discurso cosmológico, como por exemplo, quando explicam para não-indígenas os significados de um determinado cestos ou qualquer outro produto. Assim, as vivências cotidianas vão se entrelaçando nas visões cosmológicas, e ao mesmo tempo ela é acionada como forma de consciência étnica. Para Barth (1987) a cosmologia está em movimento, pois cada geração interpreta, performatiza e lida com a cosmologia na medida em que procuram preencher suas necessidades. Assim, à medida que os processos de interações e de relações interétnicas ocorrem a cosmologia vai ganhando sentido. Por conseguinte, ao mesmo tempo em que as cosmologias orientam as mulheres na produção dos artesanatos e na forma de se relacionarem com outros agentes, elas também são construídas e reconstruídas a partir das relações interétnicas; a partir da história do grupo; do contato com não-indígenas e no reconhecimento de uma identidade étnica.

Conclusão

As discussões tecidas neste artigo ainda estão bastante preliminares, pouco se avançou nas questões de gênero que dizem respeito a posição da mulher para a cultura Yanomami. Porém, o que fica explícito é a apropriação da ideia de associação para afirmação de uma identidade étnica mediante a relação com a sociedade não-indígena. É através da associação e consolidação do seu artesanato, que as mulheres se afirmam como Yanomami e detentoras de uma função social e de certos conhecimentos tradicionais. Não somente isto, mas também reivindicam uma importância para esta criação dentro da comunidade, uma importância antes de tudo econômica e também sociocultural no sentido de que estão provendo o estímulo a outras gerações de meninas a se habilitarem das técnicas dos trançados.

É pertinente pensar como os Yanomami têm utilizado o discurso da “tradição”, “nossas histórias” e “conhecimentos diferenciados”. Estes termos foram percebidos por mim em campo, nos momentos de negociação com a AYRCA e por outros autores também como Menezes (2010) e Smiljanic (2008). Deste modo, ao que tudo indica, este contexto político de reforço da identidade étnica perante os não-indígenas e agentes do Estado, tem pairado a política indígena e mobilização Yanomami, assim sendo, podemos então considerar que a organização das mulheres exerceria um papel complementar ao que já vem sendo enfatizado pelas lideranças masculinas. Como já observado acima, se deve a um momento de consciência étnica que respalda a busca pelos direitos.

Não pretendo enrijecer conclusões, uma vez que me falta muito trabalho de campo. Este artigo coloca em análise essas primeiras situações vivenciadas e percebidas tanto no processo de negociação do campo, como também na relação de convívio em um determinado tempo. Assim, a parte das pontuações posteriormente levantadas pretende-se expandir a pesquisa.

Referencias Bibliográficas

ALBERT, Bruce e KOPENAWA, Davi. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

BARTH, Frederic. *Introdução*. In: Os grupos étnicos e suas fronteiras. Rio de Janeiro, Contracapa, 2000.

_____. *Cosmologies in the Making: A generative Approach to Cultural Variation in Inner New Guinea*. Cambridge University Press, 1989.

CARVALHO, Maria. A. L; REPETTO, Maxim. Os grupos Yanomami e o poder público: a participação Yanomami em esferas públicas. In: RODRIGUES, F; Fernandes M. L. *Coletânea Sociedade e Fronteiras: Fronteiras e Interdisciplinaridade: limites e desafios*. (Org). Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. 306 p. v 1.

COCCO, Luiz. *Iyëwei-teri: quinze años entre los yanomamos*. Edición de la Escuela Técnica Popular Don Bosco, Boleíta, Caracas, Venezuela. 1972.

ISA. Povos indígenas frente ao direito autoral e de imagem. Baptista, Fernando & Valle, Raul. Instituto Sócioambiental. São Paulo. 2004.

MATOS, Maria Helena. O. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, M. Maria. *Gênero e Povos Indígenas: coletânea de textos produzidos para o fazendo gênero 9 e para 27ª Reunião Brasileira de Antropologia* (Org). Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.

MENEZES, Gustavo, H. *Yanomami na encruzilhada da conquista: Contato e Transformação na fronteira amazônica*. Tese de Doutorado em Antropologia, UNB. Brasília. 2010.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Maria. M. *Gênero e Povos Indígenas: coletânea de textos produzidos para o fazendo gênero 9 e para 27ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.

SMILJANIC, Maria Inês. A comemoração do dia do índio entre os Yanomami de Maturacá (AM). In: GT 26 *Narrativas e percepções nativas das relações de contato com os brancos*. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. 2008, Porto Seguro.

TUNER, Terence. *Da cosmologia à História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó*. Tradução de Davis Soares. São Paulo: Cadernos de Campo, nº 1, 1991.